

**FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NA PERSPECTIVA
DA EJA:
contribuições de Marx, Gramsci e Freire**

**THEORETICAL FOUNDATIONS OF PROFESSIONAL EDUCATION FROM THE
PERSPECTIVE OF ADULT EDUCATION:
contributions from Marx, Gramsci, and Freire**

Giselia Oliveira ¹
Sandra Campos ²
Islândia da Rocha Silva ³
Albino de Oliveira Nunes ⁴

RESUMO

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) é uma modalidade que tem sido discutida nos últimos anos com o mesmo olhar do caráter de sua essência que a fez nascer, além disso, as discussões problemáticas trazem muito pouco os aspectos colaborativos concretos para a vida humana, o trabalho e a sociedade. Ao mesmo tempo em que se reconhece a historicidade com suas contradições, faz-se necessário apresentar os avanços e, sobretudo, como os sujeitos advindos da EPT que prevê uma formação humana integral para o mundo do trabalho e exercício da cidadania. O objetivo deste artigo é discutir as reflexões sobre educação profissional na perspectiva de Karl Marx, Antônio Gramsci e Paulo Freire. Após a apresentação dos autores, finalizamos com a discussão sobre Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e sua imbricação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), explorando os desafios e as possibilidades de uma formação que promova a emancipação e a inserção social dos indivíduos.

Palavras-chaves: Educação profissional e tecnologica; Trabalho; Emancipação.

ABSTRACT

Adult and Youth Education (EJA) is a modality that has been discussed in recent years with the same focus on its essential nature that gave rise to it. Furthermore, the problematic discussions often offer little insight into the concrete collaborative aspects for human life, work, and society. While acknowledging its historicity and contradictions, it is necessary to present the advancements and, above all, how individuals graduating from EPT, which envisions a comprehensive human formation for the world of work and the exercise of citizenship. The objective of this article is to discuss reflections on vocational education from the perspectives of Karl Marx, Antonio Gramsci, and Paulo Freire. After presenting these authors, we conclude with a discussion of Vocational and Technological Education (EPT) and its connection to Adult and Youth Education (EJA), exploring the challenges and possibilities of a training that promotes the emancipation and social inclusion of individuals.

Keywords: Vocational and Technological Education; Work; Emancipation.

¹ giselia.oliveira.87@gmail.com

² sandra.campos@ifrn.edu.br

³ landy-rocha-silva@hotmail.com

⁴ albino.nunes@ifrn.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) é uma modalidade que tem sido discutida nos últimos anos com o mesmo olhar do caráter de sua essência que a fez nascer, além disso, as discussões problemáticas trazem muito pouco os aspectos colaborativos concretos para a vida humana, o trabalho e a sociedade. Ao mesmo tempo em que se reconhece a historicidade com suas contradições, faz-se necessário apresentar os avanços e, sobretudo, como os sujeitos advindos da EJA têm sido formados sob a perspectiva do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), que prevê uma formação humana integral para o mundo do trabalho e o exercício da cidadania.

É necessário conhecer as propostas para o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e viabilizar políticas públicas de transformação econômica, política e cultural dos sujeitos, para a emancipação democrática na sociedade (Santos; Nunes, 2021), visando sempre a formação plena dos sujeitos e que, assim, por meio da educação, sejam capazes de transformar e criticar o mundo em que vivem, pois é por meio dela que:

A educação é um processo de socialização, e nossos valores éticos e políticos conclamam por uma educação socialmente justa, em e para todas as fases e idades. Uma educação para a liberdade e a democracia. Uma educação para o respeito, ao mesmo tempo, da igualdade da dignidade de todos os seres humanos e das diferenças individuais e culturais entre eles (Charlot *et al.*, 2021, p. 8).

A educação de Jovens e adultos integrada à educação profissional ocupa o eixo central da contradição capital-trabalho, em que as conquistas educacionais giram em torno do trabalho, para o fortalecimento do sistema capitalista. A década de 90 é marcada pela implantação da ideologia neoliberal e pela luta e resistência dos educadores em defesa da educação, conforme sintetiza Ramos (2019). Os direitos de escolaridade de milhões de pessoas são negados e colocados à margem dos interesses políticos, a concepção neoliberal é atrelada ao fortalecimento do capitalismo.

No governo de Fernando Henrique Cardoso foi criado o Decreto nº 2.208/1997, que determinava a separação do ensino médio com o ensino médio técnico propedêutico. Já no governo de Luiz Inácio Lula da Silva foi promulgado o Decreto nº 5.478/2005 que, de acordo com Sena (2017, p. 1), ganhou o significado de PROEJA, que “é uma política educacional do governo federal implantada inicialmente através do Decreto nº 5.478/2005, o qual foi revogado posteriormente pelo Decreto nº 5.840/2006 [...]”. Isso ocorreu pela necessidade de

reduzir a carga horária máxima para o mínimo e a regularização das Diretrizes Curriculares Nacionais (Brasil, 2005).

Alguns Institutos Federais assumiram a responsabilidade da implementação do Proeja em 2005, sem preparo e capacitação para atender esse público que, inclusive, segundo Moura e Henrique (2012), porque não havia professores formados para atender a demanda do Ensino Médio propedêutico, da Educação de Jovens e Adultos e tão pouco do Ensino Médio integrado ao Ensino Profissionalizante, além de outros desafios. Por isso, é necessário repensar as práticas educacionais para que os problemas antes apontados possam ser resolvidos de forma a garantir uma educação pública, gratuita e de qualidade para esse público que, por muito tempo, não teve políticas fortemente estruturadas.

De acordo com Saviani (2007), criou-se uma separação entre trabalho e educação, o que implica na compreensão da historicidade da essência humana, pois esses termos não devem ser compreendidos separadamente, é necessário criar um vínculo entre trabalho e educação, pois a formação humana compreende todos os aspectos da vida humana, pois o trabalho físico só pode ser realizado em colaboração com o intelecto. Fazer essa separação seria contraditório, pois o objetivo do ensino integrado é, conforme as palavras de Pinto:

Despertar no educando novo modo de pensar e de sentir a existência, em face das condições nacionais com que se defronta; é dar-lhe a consciência de sua constante relação a um país que precisa do seu trabalho pessoal para modificar o estado de atraso; é fazê-lo receber tudo quanto lhe é ensinado por um novo ângulo de percepção, o de que todo o seu saber deve contribuir para o empenho coletivo de transformação da realidade (Pinto, 1960, p. 121).

As políticas para a Educação de Jovens e Adultos integrada ao ensino profissionalizante e a reforma do Ensino Médio sinalizam intensas críticas do ponto de vista dos autores que se dedicam a compreender e refletir as mudanças ocorridas ao longo da história, uma vez que os direitos são roubados e retrocessos permeiam nas leis que, antes, deveriam valorizar e fortalecer o ensino integrado e de qualidade.

Se considerarmos o caminho mais provável de conseguir oportunidades de trabalho e competências de formação humana integral para a vida, como uma boa educação, a educação será nosso primeiro pensamento, já a não escolarização seria a resposta para o desemprego e a precarização das condições de vida material e intelectual. Diante disso, este artigo procurou discutir as reflexões sobre educação profissional na

perspectiva de Karl Marx, Antônio Gramsci e Paulo Freire.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Teoria Clássica e Educação

Neste artigo, adentraremos em reflexões cruciais sobre a educação profissional, buscando desvendar suas complexidades a partir de perspectivas teóricas fundamentais. A análise se baseará nos pensamentos de Karl Marx, Antonio Gramsci e Paulo Freire, pensadores que, embora em contextos históricos distintos, oferecem contribuições inegáveis para a compreensão da educação como instrumento de transformação social e individual.

A partir do diálogo estabelecido entre esses autores, culminaremos na discussão sobre a Educação Profissional e Tecnológica (EPT) e sua imbricação com a Educação de Jovens e Adultos (EJA), explorando os desafios e as possibilidades de uma formação que promova a emancipação e a inserção social dos indivíduos.

2.1.5 Karl Marx (1818-1883)

Karl Marx foi um filósofo alemão que viveu no século XIX, seus pensamentos são fundamentados no materialismo histórico-dialético, isto é a necessidade real humana de produzir meios materiais para sua sobrevivência, e a ideologia que seria a divisão de classes, primordialmente no trabalho. Mas, para isso, é necessário fortalecer esta estrutura, seja pela ética, cultura, educação, economia, religião, política ou filosofia, embora cada uma tenha um papel importante na formação da sociedade, elas podem seguir linhas de raciocínio diferentes nos modos de ver o mundo e no estabelecimento da ordem social (Marx, 2008).

Fato é que a sociedade é dividida em duas, de um lado a classe dominante, que são os que pensam, e os dominados que são os que executam o trabalho manual. Por isso, Marx idealiza uma nova sociedade, que seria o comunismo, na qual todos seriam sujeitos plenos, realizados e com liberdade. Para chegar a esse mundo, segundo ele, é necessário estabelecer primeiramente o socialismo e assim fazer a passagem para o mundo transcendental. No comunismo, não existem classes e o objetivo é ter uma sociedade igualitária (Marx, 2004).

Marx se vale da existência de classes ao afirmar que se elas ficarem uma contra a outra, burgueses contra proletariados, homens contra mulheres, o desejo de luta fortalecerá a revolução que Marx tanto desejou. O motivo principal desse conflito é a Mais-Valia, que é o lucro para os patrões, enquanto os trabalhadores que passavam horas produzindo matéria,

recebem um salário indigno. Isso sem contar que Marx não se referiu à demanda do produto, aos benefícios e ao modo de fabricação, por isso a Mais-Valia é uma superexploração (Gramsci, 2000).

Segundo Marx, a alienação é responsável pela dominação de uns para com os outros homens e existem cinco tipos: a alienação econômica, que é a posse de bens que uns têm e outros não; a alienação social, que é o estranhamento de uma classe com a outra, em que uma se sente superior e a outra inferior; a alienação política, que é o Estado dirigido por um governo autoritário; a alienação ideológica, que é a aceitação sem questionamento de uma filosofia pregada; a alienação religiosa, a obediência a Deus e a devoção à fé. Esta última não deveria ser vista como alienação, pois é a liberdade de o ser escolher a religião que preenche seu ser.

Ele ainda apresenta duas teorias que fundamentam a sociedade, a superestrutura, que seria a manutenção da sociedade com base nos mecanismos de direito, cultura, moral e religião que se sobrepõe às classes dominadas. Já a segunda teoria seria a infraestrutura, que mantém a primeira pela força de trabalho, por todas as produções. Diversos autores seguiram a teoria marxista, outros apresentaram novas teses e outros criticaram as suas ideias, porém a teoria marxista é usada ainda hoje como a mais ideal para combater o metabolismo do capital. Para promover a revolução que, embora não aconteceu da forma como Marx previa, desdobrava suas ideias em três tipos de modalidade de guerra.

Na Primeira, a Guerra Cultural, esta estratégia foi idealizada a partir da teoria marxista por Antônio Gramsci. Seria uma revolução discreta, sem mortes, apenas infiltrando nas instituições, na cultura e nos símbolos para modificar e converter a ordem. A segunda, a Guerra de Informação, que foi desenvolvida por diversos países no século XX, no contexto da Segunda Guerra Mundial e da Guerra Fria, cujo objetivo era dominar territórios e ter o controle das informações, para se livrar dos ataques adversários. A terceira era a Guerra de Narrativas e Desinformação, que Saul Alinsky percebeu como a melhor forma de lutar contra os adversários por levantar informações falsas, a tática da desinformação (Alinsky, 2003).

A obra de Karl Marx, embora não tenha se dedicado explicitamente à educação profissional e tecnológica na forma como a concebemos hoje, oferece subsídios teóricos cruciais para sua análise crítica. Seu materialismo histórico (Marx, 1867) e sua análise da alienação no capitalismo (Marx; Engels, 1848) fornecem um arcabouço para examinar as complexas relações entre educação, trabalho e poder na sociedade moderna, particularmente no contexto da formação profissional.

Para Marx, a educação é um produto das relações de produção e, portanto, não é

neutra; ela reproduz as estruturas de dominação (Althusser, 1970). A educação profissional e tecnológica, nesse sentido, vai além da simples transmissão de habilidades técnicas; ela integra o indivíduo à divisão social do trabalho, muitas vezes perpetuando hierarquias e desigualdades. O capitalismo, ao necessitar de uma força de trabalho qualificada para lidar com as novas tecnologias, utiliza a educação profissional como instrumento para sua própria reprodução (Braverman, 1974).

A formação profissional, sob uma lente marxista, pode ser compreendida como um processo de formação de mão de obra para o sistema capitalista, preparando indivíduos para posições específicas na estrutura produtiva. Essa especialização pode, no entanto, resultar na alienação do trabalhador, que se transforma em um elemento intercambiável no sistema, sem controle sobre seu processo de trabalho e separado do produto final de seu esforço (Marx, 1867).

Contudo, Marx também destaca a importância do desenvolvimento humano e da emancipação. A educação, idealmente, deveria desenvolver as capacidades individuais e preparar os indivíduos para a participação ativa e consciente na sociedade. Uma educação profissional e tecnológica crítica, portanto, deveria combater a alienação, promovendo a compreensão do processo produtivo e capacitando os trabalhadores a se tornarem agentes de transformação social (Freire, 1987). Dessa forma, a educação não serviria apenas ao capital, mas instrumentalizaria a emancipação individual e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

A contribuição de Marx para a compreensão da educação profissional e tecnológica reside na sua profunda crítica ao capitalismo e na sua defesa do desenvolvimento e da emancipação humana.

2.1.6 Antônio Gramsci (1891-1937)

Gramsci nasceu em Ales, Sardenha, com uma deformidade na coluna. Apesar de passar também por crise financeira em sua família, após seu pai ser preso por acusação de desvio de recursos públicos e deixar sua mãe com sete filhos, incluindo ele, sua inteligência o fez brilhar. Como ele se destacava no intelecto conseguiu uma bolsa de estudos para cursar literatura na Universidade de Turim. Sua influência foi entre os socialistas, entre os quais se destaca o filósofo e político Benedetto Croce.

Gramsci, com sua capacidade, tornou-se um ativista, jornalista, político, intelectual italiano e foi um dos fundadores do Partido Comunista da Itália. As contribuições de Gramsci

se dão em torno da política e, em 1915, aderiu ao partido socialista e, mais tarde, vai tentar combater o regime fascista de sua época. Lutou para acabar com a Primeira Guerra Mundial na Itália ao liderar a greve dos operários, mas em 1922 é instituído o governo de Mussolini, que era fascista (Croce, 1999).

Em 1924, o governo enfrenta uma crise e Gramsci vai participar da fundação do Partido Comunista Italiano, que vinha crescendo desde o século XIX. Em 1926, o governo de Mussolini se torna um regime totalitário, tem uma ascensão e consegue combater a democracia, exercendo poder contra as pessoas no âmbito público e privado. Com as ameaças que seu governo enfrentou dos adversários, Mussolini decide prender quem era contrário ao seu governo, entre os quais Gramsci foi um dos condenados à prisão por 20 anos.

No cárcere, Gramsci vai escrever uma de suas obras mais conhecidas, as escritas de “Cadernos do Cárcere”. Em 1937, ele fica muito doente e é liberado três dias antes de morrer, pois o governo não queria que ele morresse na prisão e, com isso, favorecesse a sua luta ideológica. Entre os seus escritos ele discorre sobre a hegemonia cultural, que seria o mesmo raciocínio de Marx, em defesa do socialismo e da fundação do comunismo (Marx, 1999).

O pensamento educativo de Gramsci é voltado para a preparação intelectual do indivíduo para aprender a se posicionar e definir o rumo da sociedade, necessário principalmente para a época em que viveu, na qual ocorreu a Revolução Russa e a Primeira Guerra Mundial. Para ele o ser está em constante transformação dentro da história e não há possibilidade para a neutralidade, já que a formação proposta por ele propõe a autonomia do sujeito. A desigualdade social ocasionou um processo excludente na população, por isso Gramsci defendia um novo modelo de sociedade.

Defendeu a escola unitária, a qual não deveria ser diferente, mas um ensino igualitário tanto para a classe trabalhadora como para a classe privilegiada, uma escola laica e pública. A formação idealizada por ele seria humanística, ampla e integral, que desenvolvesse a capacidade intelectual, técnica e manual, e o trabalho como princípio educativo. Ele criticou as escolas profissionalizantes, pois para ele o ensino não deveria ter como objetivo imediato o emprego, mas uma formação cujo objetivo fosse a emancipação, não se abandonando a disciplina (Gramsci, 2000).

Gramsci enfatizou a importância da educação popular, direcionada às classes subalternas, como ferramenta para construir uma contra-hegemonia, ou seja, uma alternativa à visão de mundo dominante. A integração da educação profissional e tecnológica à EJA pode ser um caminho estratégico para combater a exclusão social e promover a inserção de jovens e adultos no mundo de trabalho, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e

igualitária. Em suma, a análise gramsciana nos ajuda a problematizar a relação entre o desenvolvimento de habilidades para o mundo do trabalho e o projeto de formação cidadã, revelando o potencial da educação para a transformação social, especialmente na EJA (Gramsci, 1971).

2.1.7 Paulo Freire (1921-1997)

Paulo Reglus Neves Freire é um autor relevante mundialmente e foi consagrado no ano de 2012 pela presidente Dilma Rousseff patrono da Educação brasileira. Nasceu em Recife, capital do estado de Pernambuco, em um período de crise econômica no Nordeste, por isso a pobreza chegou a atingir sua infância, apesar de que, originalmente, sua família era de classe média. Mesmo tendo sido alfabetizado tardiamente, isso não impediu que ele revolucionasse a sua história. Seus trabalhos iniciaram nos cursos de Direito, área de sua formação e Letras, em sua cidade natal,

Posteriormente, criou um programa com o método de alfabetizar adultos, na cidade de Angicos, Rio Grande do Norte. Os resultados foram extraordinários. Em apenas 40 dias, seu método atingiu o objetivo entre o grupo de educandos, de aprender a ler e escrever. Esse trabalho foi tão significativo que atraiu o olhar do presidente do Brasil João Goulart e de Darcy Ribeiro, que tinha o cargo de organização da educação nacional.

Porém, com a chegada do regime militar, Paulo Freire ficou preso por um período de 70 dias e depois foi exilado. Ele foi acusado de trair a nação, de tentar implantar o comunismo no Brasil. Naquele momento, a política no país era caracterizada por um clima de perseguição. Em decorrência deste triste episódio em sua vida, seu trabalho que já estava prestes a ser lançado, o Programa Nacional de Alfabetização foi aniquilado.

Contudo, Paulo Freire não se intitulava como sendo um comunista, chegou inclusive a criticar as ideias de Marx, ele considerava-se um socialista cristão, que pregava a teologia da libertação, corrente que tratava de assuntos da pobreza, e que, nas décadas de 50 e 60, ganhou repercussão nas igrejas católicas. Ele defendia:

A Pedagogia do oprimido que, no fundo, é a pedagogia dos homens empenhando-se na luta por sua libertação, tem suas raízes aí. E tem que ter nos próprios oprimidos, que se saibam ou comecem criticamente a saber-se oprimidos, um dos seus sujeitos. Nenhuma pedagogia realmente libertadora pode ficar distante dos oprimidos [...]. Esta é a razão pela qual, como já afirmamos, esta pedagogia não pode ser elaborada nem praticada pelos opressores. Seria uma contradição se os opressores, não só defendessem, mas praticassem uma educação libertadora. (Freire, 1987, p. 22).

Após o seu retorno para o Brasil, a fundação do partido dos trabalhadores (PT) contou com a participação dele e, em 1979, lecionou na Unicamp e, também, foi secretário municipal de Educação. Suas principais obras são: *Educação como prática da liberdade*, *Pedagogia do Oprimido* e *Pedagogia da Autonomia*. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (Picuns) possuem características pedagógicas de Paulo Freire.

O método de alfabetização de Freire consiste na apropriação da já existência de se alfabetizar a partir das famílias silábicas, o que ele faz é aprimorar essa estratégia, por exemplo, a partir de uma palavra presente no cotidiano do alfabetizando, que ele chamava de palavras geradoras, separa-se a palavra em sílabas e extrai-se uma delas, em seguida questiona aos alunos se está faltando alguma parte da palavra.

As ideias centrais de Paulo Freire podem ser sintetizadas em duas: o aluno não deve ser um ser passivo, que apenas memoriza o que o professor fala, modelo este chamado de educação bancária, e o aluno deve ser despertado para a criticidade e liberto da opressão. Na relação entre professor e aluno não deve haver hierarquia, o professor deve ser um facilitador do processo de aprendizagem, pois Paulo Freire acreditava que “ não há saber mais ou saber menos: há diferentes saberes” (Freire,1987, p. 68).

Paulo Freire, em sua obra seminal *Pedagogia do Oprimido* (1996), defende uma educação libertadora, crítica e transformadora, que problematiza as condições sociais e econômicas dos educandos. Essa perspectiva é fundamental para compreender a importância da educação profissional e tecnológica na Educação de Jovens e Adultos (EJA). A EJA, muitas vezes direcionada para aqueles que foram privados de oportunidades educacionais em sua juventude, requer uma abordagem que reconheça as experiências e saberes prévios dos alunos, como proposto por Freire (1996), evitando o modelo bancário de educação, em que o professor deposita conhecimento e o aluno simplesmente o recebe passivamente. Em vez disso, a educação profissional e tecnológica dentro da EJA deve ser dialógica, incentivando a reflexão crítica sobre o próprio trabalho e o contexto socioeconômico em que os alunos estão inseridos.

A concepção de educação como prática da liberdade, defendida por Freire (1987) em *Educação como Prática da Liberdade*, envolve a conscientização e a autonomia do sujeito. Na EJA, voltada para a qualificação profissional, esse conceito se traduz na necessidade de formação integral que não se limite à aquisição de habilidades técnicas. É preciso também desenvolver a capacidade de os alunos analisarem criticamente o mercado de trabalho, a organização da produção e as relações de poder que nele se manifestam. O aprendizado de uma profissão não deve ser um mero meio para a sobrevivência, mas também um instrumento

de emancipação individual e coletiva (Freire, 1987).

A pedagogia freiriana enfatiza a importância da contextualização do processo de aprendizagem (Freire, 2000, A importância do ato de ler). Na educação profissional e tecnológica para jovens e adultos, isso significa que o currículo deve ser relevante para a realidade dos alunos, levando em conta suas necessidades, seus interesses e as demandas do mercado de trabalho local. A formação precisa estar integrada à realidade sociocultural da comunidade, problematizando os desafios locais e construindo soluções por meio da participação ativa dos educandos. Essa abordagem promove a interação entre teoria e prática, levando à construção de um conhecimento significativo e útil para a transformação da própria vida dos alunos.

2.2 Instituição e rupturas na Educação Profissional e Tecnológica

No período colonial, as riquezas eram advindas do engenho sob a autoridade dos proprietários de fazenda que, com a mão de obra escrava, fortaleciam seus poderes econômicos e sociais. Com o passar do tempo, as pessoas foram abandonando os trabalhos manuais, e estes ofícios passaram a ser privilégio para os escravos, como sapataria, carpintaria, mecânica e serviços médicos. A descoberta do ouro em 1560 fez com que se abandonasse a principal economia dessa época que era a cana de açúcar. A partir de 1693, a busca pelo ouro toma folego e surge uma nova modalidade de ensino profissional, homens experimentados em busca dessa pedra preciosa. De acordo com Afonso (1962, p. 67), o ofício era nas casas da Moeda e

A aprendizagem que se fazia naqueles estabelecimentos, se tinha de comum com a que se realizava nos engenhos o fato de ser ministrada sem método e sem caráter sistemático de ensino, diferia dela, entretanto, fundamentalmente, por se dirigir aos elementos brancos da sociedade, filhos de colonos ou de pequenos funcionários das próprias Casas onde se trabalhava o ouro. Além disso, surgia com o aspecto de preparo de pessoal para as necessidades do serviço, não aparecendo cercada das ideias de assistência a menores desvalidos, que mais tarde tolheriam o desenvolvimento do ensino de ofícios.

Carvalho (2017) acentua que, no período republicano, a economia no país estava passando por transformações, viu-se a necessidade de mão de obra para o trabalho, com isso foram criados liceus de ofícios sob a supervisão municipal ou estadual. Em 1906, o presidente Afonso Pena cria o Decreto nº 1606, de 29 de dezembro, para instituir o Ministério dos Negócios de Agricultura, Indústria e Comércio, além disso os deputados enviaram uma

proposta ao Senado para liberação de recursos destinados à criação de escolas profissionais em todo o território do Brasil.

Após três anos, passou a ser associado ao Ensino Profissional, sob a presidência de Nilo Peçanha, o qual, segundo Carvalho (2017, p. 2), “[...] fazia parte do projeto alternativo da facção oligárquica influenciada pelo industrialismo e por ideias agraristas que remontavam a meados do século XIX e às quais Nilo Peçanha compartilhava”.

[Façamos do menino pobre] um bom agricultor, um bom horteiro, um jardineiro, ou simplesmente um bom trabalhador de enxada, ou mesmo um bom criado de servir. “Relatório do Diretor (1876).

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão e isso ainda hoje corrobora no preconceito das pessoas e na divisão da sociedade, até mesmo na educação, que é direito de todos, não é igual para todos. A educação pública no Brasil continua a serviço do mercado de trabalho, como bem disse Meszáros (2008, p. 15),

a educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes.

Durante o Império, a educação passou a ser restringida apenas à elite (homens brancos e com poder aquisitivo). Em 1824, com a Constituição Imperial é declarado o direito de homens e mulheres, independentemente da classe social ou racial de terem acesso à escola primária e secundária, ficando esta responsabilidade a cargo da Província, porém esta lei só ficou registrada no papel, não se efetivou na prática (Xavier, 1980).

A Educação de Jovens e Adultos teve como princípio o caráter missionário e de caridade, “o letramento destas pessoas era um ato de caridade das pessoas letradas às pessoas perigosas e degeneradas. A alfabetização de jovens e adultos deixa de ser um direito para ser um ato de solidariedade” (Strelhow, 2010, p. 51). O olhar que a sociedade tinha para com as pessoas analfabetas era de pessoas subjugadas e ignorantes, tanto que, em 1879, foram colocados esses termos na Reforma de Leôncio de Carvalho. A afirmativa se deu ao longo dos anos, tanto nos termos da lei como na prática, como descreve o autor:

Posteriormente em 1881, a Lei Saraiva corrobora com a ideia da Reforma de Leôncio de Carvalho restringindo o voto às pessoas alfabetizadas. Rui Barbosa, em 1882, postula que “os analfabetos são considerados, assim, como crianças, incapazes de pensar por si próprios”. Instala-se uma grande onda de preconceito e exclusão da

peessoa analfabeta. A frase de Rui Barbosa está carregada de preconceito, pois podemos perceber que há uma desvalorização da criança em considerá-la incapaz e do adulto de reduzi-lo a esta situação de incapacidade (Strelhow, 2010, p. 52).

A amarga injustiça reflete que quem de fato é ignorante e que dissemina a exclusão é o próprio sistema. Até mesmo na bondade dos que defendiam a educação notam-se interesses próprios, pois o objetivo da evangelização era para manter o indivíduo obediente e submisso às autoridades, e a alfabetização para a participação nas atividades sociais que estavam crescendo aos poucos, por isso necessitavam que as pessoas tivessem ao menos um domínio básico.

Este fato pode ser comprovado na história, segundo Meszáros (2008) ao dizer que um dos fundadores do iluminismo, a saber Locke, defendia a educação profissional e religiosa das crianças de 4 aos 13 anos de idade, justificando que a ociosidade poderia torná-los adultos inúteis para o trabalho e, como a igreja combatia a ociosidade e pregava a obediência, foi muito conveniente para que ele decretasse essa obrigatoriedade.

Em 1891, o direito ao voto era restrito somente às pessoas que tinham renda e escolaridade. O Brasil precisava caminhar rumo à democracia, mas, infelizmente, mais uma vez o regresso vinha de encontro aos menos favorecidos, a exclusão e a discriminação eram o caminho seguido pela República.

As vítimas de exclusão social foram culpabilizadas no início do século XX pelo não desenvolvimento econômico do país. Diante disso, a República decidiu criar, em 1915, a Liga Brasileira para combater o analfabetismo que ainda era muito grande nessa época, a fim de promover o crescimento e desenvolvimento econômico do país através da produtividade que as pessoas alfabetizadas dariam ao país. Um estudo de quase três décadas de Telles (1993), mas que ainda é muito atual, ajuda a explicar o predomínio da pobreza no Brasil:

[...] há algo de enigmático na persistência de uma pobreza tão imensa e sempre crescente em uma sociedade que passou por décadas de industrialização, urbanização e modernização institucional, uma sociedade que proclamou direitos, montou um formidável aparato de Previdência Social, que passou pela experiência de conflitos e mobilizações populares e construiu mecanismos factíveis de negociação de interesses (Telles, 1993, p. 1).

O problema da desigualdade social não é local, mas internacional, isso dificulta os países dependentes, como é o caso do Brasil, de superar o estruturalismo do capitalismo.

No plano mais geral, há uma disputa teórica baseada na concepção produtivista, a produção destrutiva, desviando-se do problema principal da socialização dos bens, ou seja, da distribuição da riqueza de bens materiais e sociais (saúde, educação,

cultura, habitação, segurança, previdência) que assegure a todos uma vida digna e menos sofrida, uma perspectiva de futuro para os jovens e para as famílias dos trabalhadores (Pacheco, 2012, p. 14).

A partir da implantação do sistema capitalista e da revolução burguesa no Brasil, instaura-se o processo de industrialização, justificando-se então que “[...] a formação dos trabalhadores torna-se uma necessidade econômica e não mais uma medida exclusivamente social como em sua gênese, quando se destinou a proporcionar ocupação aos desvalidos da sorte e da fortuna[...]” (Ramos, 2007, p. 14), ou seja, as políticas para a educação sempre tiveram objetivos políticos por trás, não foi por bondade que os pobres tiveram o direito à educação.

Em 1920, o país chegou a ter uma taxa de analfabetismo de 72% em virtude da ausência de políticas educacionais. O primeiro plano para a escolarização dos adultos foi instituído em 1934 pelo Plano Nacional de Educação, o ensino oferecido era primário integral, obrigatório e gratuito. Strelhow (2010) enfatiza que, nas décadas de 40 e 50, a Educação de Jovens e Adultos ganha visibilidade nas políticas educacionais de jovens e adultos:

Em 1938 foi criado o INEP (Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos) e a partir de suas pesquisas e estudos, foi fundado em 1942 o Fundo Nacional do Ensino Primário com o objetivo de realizar programas que ampliasse e incluísse o Ensino Supletivo para adolescentes e adultos. Em 1945, este fundo foi regulamentado, estabelecendo que 25% dos recursos fossem empregados na educação de adolescentes e adultos (2010, p. 52).

Durante a década de 40 até o fim da década de 50, programas de alfabetização foram criados para adolescentes e adultos, contudo, os programas, antes que pudessem ter resultados, foram trocados por outros. Outro problema é que a alfabetização nesse período era descaracterizada da realidade do aluno, eram apresentados frases e textos de utilidade pública e sobre moral, este método é muito criticado pelo método de Paulo Freire.

Aqueles que têm o “poder” de dominar e manipular as pessoas promovem ideologias que se sustentam pelo discurso e pela política, a educação que deve ser o meio pelo qual as pessoas podem chegar à compreensão do sistema opressor e, assim, poder lutar pelos seus direitos, muitas vezes se encontra refém da ideologia dominante. A maioria dos governantes estão preocupados em fazer crescer a classe trabalhadora para atender às demandas do capitalismo, tanto que, ao longo da história, à Educação de Jovens Adultos coube “[...] programas e projetos aligeirados de alfabetização, que deixam em aberto a continuidade da escolaridade” (Santos; Nunes, 2021, p. 115).

2.3 Bases teóricas da Educação Profissional e Tecnológica

De acordo com Leite (2017, p. 847), “o materialismo histórico-dialético é um método de interpretação da realidade considerado como a teoria do conhecimento do marxismo originário”. A realidade muitas vezes é obscurecida, uma boa ação pode estar revestida de interesses e, no mundo atual, o protagonismo de interesses é o capital, é por isso que é necessário analisar a política através da história e superar as dicotomias existentes na sociedade. O problema é que, muitas vezes, as análises são superficiais e, por isso, não atingem a raiz do problema. “O real é apresentado mediante indicadores e discursos que manipulam e escondem as verdadeiras contradições da sociedade” (Leite, 2017, p. 848).

O trabalho é uma atividade que forma o homem ou para a unilateralidade, que é apenas um lado do indivíduo ou omnilateralidade, que é todos os lados do indivíduo. De acordo com Ciavatta (2016, p. 44), “[...] a educação profissional tem sido utilizada como uma estratégia de hegemonia política na educação, persuadindo os próprios trabalhadores e seus filhos de que essa formação para o trabalho é melhor do que a rua [...]”. E é por isso que os Institutos Federais têm papel importante na integração da ciência, do trabalho e da tecnologia, para ao menos minimizar as controvérsias na educação profissional.

Na abordagem marxista, o conceito de politecnia implica a união entre escola e trabalho ou, mais especificamente, entre instrução intelectual e trabalho produtivo” (Saviani, 2007, p. 162). Já o termo educação tecnológica, que foi mais recorrente nas obras de Marx, seria a unidade da teoria com a prática, em ambos, trata-se da formação intelectual e produtividade no trabalho, que, na época, era nas fábricas.

Para Saviani (2007), o homem não nasce homem, mas ele aprende na relação com os outros homens e com a natureza, como necessidade de produzir para sua subsistência e como necessidade social de interagir com outros seres humanos, a esse processo dá-se o nome de formação e deve ser gradualmente e por toda a vida, pois a aprendizagem não se esgota, sempre haverá coisas novas para aprender.

O acesso à educação é garantido por lei na Constituição Federal e, também, nas leis que tratam especificamente da educação, nestas inclusive há uma referência direta sobre o direito daqueles que, por algum motivo, não tiveram a chance de continuar os estudos. Contudo, é necessário possibilitar condições de permanência, significância e preparo para a vida, por isso Oliveira e Scopel acreditam que o maior desafio que os Institutos Federais têm com o Proeja é

[...] romper com as barreiras de preconceito, e de se abrir para trabalhar a formação preconizada pelo Proeja, mesmo diante das contradições impostas por um modelo de sociedade liberal que produz a desigualdade e necessita dela para se manter (Oliveira; Scopel, 2016, p. 140).

Nesse sentido, busca-se fortalecer as políticas da educação profissional e tecnológica, para o incentivo da formação humana integral. [Esta formação está para além dos muros da escola, apesar de que é lá que o conhecimento se expande e é sistematizado. Contudo, a escola deve romper com o tradicionalismo, em que o aluno aprende teorias, mas não é apto para resolver projetos, desenvolver problemas, por exemplo. Por isso a aprendizagem deve ir além dos conhecimentos conteudistas (Ciavatta, 2005).

As pessoas que tiveram que escolher entre o trabalho precoce e os estudos são “obrigadas” a trabalhar até mesmo sob péssimas condições, muitas vezes são privados de ocupar determinados espaços, não podem desfrutar de patrimônios, artefatos, cultura, entre outros, pela conclusão de que o lugar de rico não é o mesmo lugar para pobre. A este sentido Marx (2010) pondera que o trabalho, ao mesmo tempo que forma, deforma, enriquece e empobrece, liberta, mas também escraviza. Porém, o problema não é o trabalho, mas a apropriação dos sujeitos de riquezas que se dão através do trabalho de forma injusta e egocêntrica.

Moura (2014) divide a Educação Profissional e Tecnológica em 2 linhas: "projeto hegemônico", que está a serviço dos interesses da estrutura social do capitalismo e o outro, "projeto societário", que visa contribuir para a formação plena do sujeito, visando sua emancipação para além do capitalismo. O cenário da educação é “[...] um campo de disputa e negociação entre diferentes segmentos que compõem uma sociedade, desvelando a dimensão histórico-política das reformas de ensino, das concepções, projetos e práticas formativas” (Manfredi, 2002, p. 61).

Para Franco (2005), o ensino integrado é conhecer o todo, partes fragmentadas comprometem a compreensão, embora não seja possível ao homem dominar o todo, é necessário dar o sentido de unidade na totalidade. Na educação profissional o sujeito não deve ser formado apenas em um aspecto, mas desenvolver competências e habilidades físicas e intelectuais, como sujeito inteiro e não unilateral.

Essa crítica se acentua principalmente entre os estudantes que são trabalhadores, pois o ensino tem sido reduzido e vinculado apenas à mão de obra; a consequência é que esses jovens e adultos da educação profissional não são despertados para o exercício da criatividade e da criticidade que tanto se discute para a concretização do ensino integral. Freire aponta que

o papel da educação deve ter como objetivo principal o sujeito, em suas palavras, é possível perceber a amplitude e importância, pois:

[...] a educação esteja - em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos - adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens, relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...] uma educação que liberte, que não adapte, domestique ou subjugué (Freire, 1979, p. 21-22).

É necessário que as Diretrizes Curriculares da Educação Profissional Técnica de nível médio resgatem a formação plena do sujeito, excluindo-se toda e qualquer forma de fragmentação, que limita o sujeito e subjuga a preparação para a unilateralidade, sem refletir sobre seu próprio fazer e campo de atuação. Com base em Pacheco (2012, p. 11), “organizar um currículo escolar com essa perspectiva de contexto supõe a superação das técnicas isoladas e minimizadas de uma visão ideológica e funcional à produção na escala do conhecimento”. Além disso, a contribuição de todas as ciências humanas auxilia na renovação do conhecimento que a humanidade produziu e de como ela pode usá-los a seu favor para o desenvolvimento da sociedade.

A Educação Profissional e Tecnológica tem um importante papel para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia; juntas podem cooperar para o conhecimento e a emancipação da humanidade. Diante dos avanços das tecnologias, a sociedade contemporânea precisa compreender a importância de se reinventar e de se adaptar às novas situações, reconhecendo que são necessários a qualificação, o desenvolvimento de competências e habilidades tecnológicas para se integrar nessa nova “era tecnológica” (Belloni, 2012).

As competências e habilidades da educação profissional têm sido direcionadas para a formação do trabalhador flexível, que seja eficiente e eficaz. Kuenzer (2007) sinaliza críticas a essa pedagogia flexível, pois, ao passo que a profissionalização atende aos interesses do regime toyotista, isto é, pela demanda do mundo do trabalho, o que define o currículo flexível é a contratação, ocasionando desemprego para aqueles que não acompanham o ritmo desse regime.

Para compreender a formação do Estado capitalista brasileiro, é necessário se embasar no método do materialismo histórico-dialético. De acordo com Ramos (2014), o nascimento das escolas técnicas profissionalizantes tem um papel primordial nas transformações do século XX e início do século XXI. O Brasil se revestiu das novas tecnologias estrangeiras em troca do desenvolvimento nacionalista, pois o que predominou mesmo foi a associação com os países externos, principalmente com os Estados Unidos, mesmo tendo seu lucro inferior

aos seus subordinados.

O objetivo do materialismo histórico-dialético é trazer à luz a real interpretação da realidade e transformar a história, sem reduzi-la, sem omissão dos fatos, e não a tornar fim em si mesma, pois cada sociedade tem suas próprias peculiaridades, por isso deve se ter cuidado com julgamentos precipitados. O conhecimento acumulado deve servir para as futuras gerações, não sendo estático, mas caminhando, mesmo que lentamente e com sagacidade, para a libertação dos injustiçados, pois “[...] o homem é o maior artesão da realidade que se constitui a partir das relações que a humanidade estabelece entre si e entre a natureza” (Leite, 2017, p. 851), ou seja, não são as coisas que devem vir antes do homem, mas o contrário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os teóricos da educação, filósofos e educadores desempenharam um papel fundamental na construção do conhecimento e na formação de indivíduos conscientes e críticos na sociedade. Suas contribuições são de extrema importância para o desenvolvimento da educação e para a compreensão da sociedade.

Além disso, foram responsáveis por desenvolver e aprimorar teorias que embasaram as práticas educacionais. Eles estudaram e analisaram os diferentes aspectos da educação e as influências socioculturais na educação. Suas teorias fornecem diretrizes e orientações para os educadores, ajudando-os a compreender melhor o processo educacional e a tomar decisões fundamentadas em suas práticas.

Suas reflexões e seus questionamentos sobre a natureza do conhecimento, da verdade e dos valores éticos e morais são fundamentais para a formação de uma visão crítica e reflexiva do ser humano. A filosofia contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico, da argumentação e da capacidade de análise, habilidades essenciais para a formação de cidadãos conscientes e atuantes na sociedade.

Os teóricos da educação, filósofos e educadores têm desempenhado um papel fundamental na sociedade, contribuindo para o desenvolvimento da educação e para a formação de indivíduos conscientes e críticos. Suas ideias e teorias têm influenciado as práticas educacionais e ajudado a moldar o sistema de ensino.

Em conjunto, os teóricos da educação, filósofos e educadores contribuem para a construção de uma educação de qualidade, que visa o desenvolvimento integral dos indivíduos. Suas ideias e práticas ajudam a formar cidadãos conscientes, críticos e capazes de

contribuir para uma sociedade mais justa e igualitária.

O período das ideias pedagógicas abrange uma ampla gama de pensamentos e teorias que influenciaram a educação ao longo da história. Essas ideias surgiram de diferentes contextos sociais, filosóficos e culturais, moldando as práticas educacionais e contribuindo para o desenvolvimento da pedagogia como campo de estudo.

A Educação Profissional e Tecnológica tem um importante papel para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, juntas podem cooperar para o conhecimento e a emancipação da humanidade. Diante dos avanços das tecnologias, a sociedade contemporânea precisa compreender a importância de se reinventar e de se adaptar às novas situações, reconhecendo que são necessários a qualificação, o desenvolvimento de competências e habilidades tecnológicas para se integrar nessa nova “era tecnológica” (Belloni, 2012).

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença, 1970.

BELLONI, M. L. **O que é mídia-educação**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2012.

BRASIL. **Decreto nº 5.478, de 24 de junho de 2005**. Institui, no âmbito das instituições federais de educação tecnológica, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5478-24-junho-2005-537577-publicacaooriginal-30068-pe.html>. Acesso em: 28 out. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília: Ministério da Educação, 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Institutos Federais: Uma história de inclusão**. Brasília: MEC, 2020.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. 1.

CHARLOT, B; VASCONCELOS, C. S.; LIBÂNEO, J. C; CAVALLET, V (org). **Por uma educação democrática e humanizadora**. V. 1, São Paulo: UniProsa, 2021.

CIAVATTA, M. A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica. **Holos**, [S.l.], v. 6, p. 33-49, 2016.

FERREIRA, M. S. Quem disse que eles não podem? *In*: JORDANE, A. *et al.* (org.). **Sala de aula em foco: caminhos para ações no Proeja**. Vitória, 2010. p. 15-18.

FREIRE, P. **Conscientização: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo:

Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

FREITAS, M. T. A. A pesquisa de abordagem histórico-cultural: um espaço educativo de constituição de sujeitos. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 19, p. 1-12, 2009. Disponível em: [Insira o link aqui]. Acesso em: 18 out. 2023.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000.

KUENZER, A. Z. Da dualidade assumida à dualidade negada; o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Educação e Sociedade**, v. 28, p. 1153-1178, 2007.

LEITE, P. S. C. Contribuições do materialismo histórico-dialético para as pesquisas em Mestrados Profissionais na área de ensino de humanidades. **Investigação Qualitativa em Educação**, v. 1, p. 847-856, 2017. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2017/article/download/1405/1362>. Acesso em: 16 jun. 2023.

MANFREDI, S. M. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MARX, K. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Boitempo, 2004.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2008.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. (Diversas edições e traduções disponíveis). 1867.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. (Diversas edições e traduções disponíveis). 1848.

MOURA, D. H.; HENRIQUE, A. L. S. PROEJA: entre desafios e possibilidades. **HOLOS**, v. 2, p. 114-129, 2012. <https://doi.org/10.15628/holos.2012.914>.

OLIVEIRA, E. C.; SCOPEL, E. G. Uma década do Proeja: sua gênese, balanço e perspectivas. **Holos**, Natal, v. 32, n. 6, p. 120-144, 2016.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração sobre o Meio Ambiente Humano**. Estocolmo, 1972.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development**. Nova Iorque: ONU, 2015.

PACHECO, E. (org.). **Perspectivas da Educação Profissional Técnica de Nível Médio: Proposta de Diretrizes Curriculares Nacionais**. São Paulo: Editora Moderna, 2012. Disponível em: <https://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/06/Perspectivas-da-EPT.pdf>. Acesso em: [Insira a data de acesso].

PINTO, A. V. **Consciência e realidade nacional – consciência ingênua**. v. 1. Rio de Janeiro: MEC/ISEB, 1960.

STRELHOW, T. B. Breve história sobre a educação de jovens e adultos no Brasil. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 38, p. 49-59, jun. 2010.

TELLES, V. S. Pobreza e Cidadania: Dilemas do Brasil Contemporâneo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 6, n. 19, p. 8-21, jul./dez. 1993.

UNESCO. **Educação de jovens e adultos: uma memória contemporânea, 1996-2004**. Brasília: [s.n.], 2004.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica. *In*: SILVA, T. T. da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

XAVIER, M. E. S. P. **Poder político e educação de elite**. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1980.